

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 99 DE 30 DE MAIO DE 2014.

Altera o §2º do art. 2º da Lei Municipal nº 4.045, de 13 de janeiro de 2014, que autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ao CONSEPRO – Conselho Comunitário Pró Segurança Pública do Município, para subvenção no pagamento de Bolsa Auxílio a estagiários e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,
Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica alterado o § 2º do art. 2º da Lei Municipal nº 4.045, de 13 de janeiro de 2014. que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º ...

[...]

§2º Cada estagiário terá o custo de R\$ 744,00 (setecentos e quarenta e quatro reais) mensais, sendo distribuído da seguinte forma:

- I – R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais) para o pagamento da bolsa auxílio;
- II – R\$ 100,00 (cem reais) para auxílio transporte do estagiário;
- III – R\$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais) para o agente de integração contratado pelo CONSEPRO.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Eldorado do Sul, 30 de maio de 2014.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 99, de 30 de maio de 2014, que ***“Altera o §2º do art. 2º da Lei Municipal nº 4.045, de 13 de janeiro de 2014, que autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ao CONSEPRO – Conselho Comunitário Pró Segurança Pública do Município, para subvenção no pagamento de Bolsa Auxílio a estagiários e dá outras providências”***

O presente Projeto de Lei tem por objetivo corrigir a redação do §2º do art. 2º da referida Lei, haja vista que o valor de R\$ 744,00 atribuído para cada estagiário não se referia única e exclusivamente para o pagamento da bolsa auxílio do estagiário, sendo este valor distribuído entre a bolsa auxílio e auxílio transporte do estagiário, e pagamento do agente de integração.

Assim, a alteração inclui esta distribuição, tendo em vista que o órgão donatário já vinha efetuando os pagamentos na forma agora prevista, gerando transtornos ao órgão no momento da prestação de contas, em razão da falta de previsão legal.

É de se ressaltar que o auxílio transporte para o estagiário é obrigatório, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008, bem como a contratação de seguro contra acidentes pessoais para o estagiário, os quais, normalmente, ficam a cargo do agente de integração, razão pela qual a importância da contratação desta pela CONSEPRO.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal